



REUNIR:
Revista de Administração, Ciências Contábeis e
Sustentabilidade

www.reunir.revistas.ufcg.edu.br



ARTIGO ORIGINAL: Submetido em: 10.11.2021. Avaliado em: 07.10.2022. Apto para publicação em: 17.03.2023. Organização Responsável: UFCG..

Evidenciação Socioambiental: Uma Análise dos Relatórios de Sustentabilidade

Socio-environmental evidence: an analysis of sustainability reports

Divulgación social y ambiental: un análisis de los informes de sostenibilidad

Bárbara Siqueira da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Av. Presidente Antônio Carlos 6627, Prédio FACE, Sala 2035,
Campus Pampulha, Belo Horizonte/ MG, CEP: 31270-901

e-mail: barbara.s_silva@hotmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-1114-3213>

José Roberto de Souza Francisco

Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de
Minas Gerais (UFMG).

Av. Presidente Antônio Carlos 6627, Prédio FACE, Sala 2035,
Campus Pampulha, Belo Horizonte/ MG, CEP: 31270-901
e-mail: jroberto@face.ufmg.br

<https://orcid.org/0000-0002-1880-5304>

PALAVRAS-CHAVE

Divulgação; Relatórios
de Sustentabilidade;
Análise fatorial.

Resumo: A evidenciação ambiental refere-se aos relatórios corporativos que abordam aspectos relacionados ao meio ambiente e a questões socioeconômicas. Para a teoria da legitimidade, a divulgação de informações de sustentabilidade busca gerenciar impressões dos *stakeholders* e preservar a legitimidade organizacional. Diante disso, o objetivo do estudo foi verificar os principais aspectos socioambientais divulgados nos relatórios de sustentabilidade, das empresas da Brasil, Bolsa, Balcão (B3), no período de 2013 a 2018. A amostra é constituída por 120 empresas e os dados foram coletados por meio da análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade. Para análise dos relatórios foram considerados 85 itens, sendo 47 sociais e 38 ambientais. Quanto à abordagem do problema, foi empregada a técnica de análise de fatorial dos dados e os testes de diferenças de médias de Kruskal-Wallis e de Mann-Whitney. Os resultados apontam que os principais aspectos reportados nos relatórios estão relacionados aos colaboradores, à comunicação com *stakeholders* e a comunidade, à preservação ambiental e à redução dos Gases do Efeito Estufa (GEE). O estudo contribui com a teoria da divulgação voluntária, pois indica a presença de informações desfavoráveis, apesar da maioria ser favorável. Além disso, contribui com a teoria da legitimidade, pois indica que empresas com Potencial de Poluição e Utilização de Recursos Naturais (PPURN) divulgam mais informações, afinal precisam manter sua legitimidade perante os *stakeholders*.

KEYWORDS

Disclosure; Sustainability
Reports; Factor analysis.

Abstract: Environmental disclosure refers to corporate reports that address aspects related to the environment and socio-economic issues. For the theory of legitimacy, the disclosure of sustainability information seeks to manage the impressions of stakeholders and preserve organizational legitimacy. Therefore, the objective of the study was to verify the main socioenvironmental aspects disclosed in the sustainability reports of companies in Brazil, Bolsa, Balcão (B3), in the period from 2013 to 2018. The sample consists of 120 companies and the data were collected through content analysis of sustainability reports. For the analysis of the reports, 85 items were considered, 47 of which were social and 38 environmental. As for the approach to the problem, the factorial analysis technique of the data and the Kruskal-Wallis and Mann-Whitney

mean difference tests were employed. The results show that the main aspects reported in the reports are related to employees, communication with stakeholders and the community, environmental preservation and reduction of Greenhouse Gases (GHG). The study contributes to the theory of voluntary disclosure, as it indicates the presence of unfavorable information, although the majority is favorable. In addition, it contributes to the theory of legitimacy, as it indicates that companies with Pollution Potential and Use of Natural Resources (PPURN) disclose more information, after all they need to maintain their legitimacy before stakeholders.

PALABRAS CLAVE

Divulgación; Informes de sostenibilidad; Análisis factorial.

Resumen: La divulgación ambiental se refiere a informes corporativos que abordan aspectos relacionados con el medio ambiente y cuestiones socioeconómicas. Para la teoría de la legitimidad, la divulgación de información sobre sostenibilidad busca gestionar las impresiones de las partes interesadas y preservar la legitimidad organizativa. Por lo tanto, el objetivo del estudio fue verificar los principales aspectos sociales y ambientales revelados en los informes de sostenibilidad de las empresas de Brasil, Bolsa de Valores, Contador (B3), en el período de 2013 a 2018. La muestra consta de 120 empresas y datos se recopilaron a través del análisis de contenido de los informes de sostenibilidad. Para el análisis de los informes se consideraron 85 ítems, 47 sociales y 38 ambientales. En cuanto al abordaje del problema, se utilizó la técnica de análisis factorial de datos y las pruebas de diferencia de medias de Kruskal-Wallis y Mann-Whitney. Los resultados muestran que los principales aspectos reportados en los informes están relacionados con los empleados, la comunicación con los grupos de interés y la comunidad, la preservación ambiental y la reducción de Gases de Efecto Invernadero (GEI). El estudio contribuye a la teoría de la divulgación voluntaria, ya que indica la presencia de información desfavorable, a pesar de que la mayoría es favorable. Además, contribuye a la teoría de la legitimidad, ya que indica que las empresas con Potencial de Contaminación y Uso de Recursos Naturales (PPURN) divulgan más información, después de todo, necesitan mantener su legitimidad ante los stakeholders.

Introdução

O *disclosure* socioambiental é definido por Berthelot, Cormier e Magnan (2003) como informações referentes ao passado, presente e futuro do desempenho, da gestão e das implicações financeiras das ações e decisões socioambientais da companhia. Dentre os motivos para o *disclosure* voluntário, de informações socioambientais, destacam-se os impactos positivos nos mercados de capitais, tais como nos preços das ações e no retorno (Mathews, 1995). Além disso, empresas que divulgam voluntariamente suas informações sobre Responsabilidade Social Corporativa (RSC) reconhecem suas obrigações morais para com a sociedade. Cho e Patten (2007) concluíram que a divulgação ambiental é uma ferramenta para obter e gerir a legitimidade corporativa. Para Dhaliwal, Li, Tsang e Yang (2011), os objetivos fundamentais da divulgação de informações a respeito da RSC são aumentar a capacidade competitiva e o valor da empresa.

Suchman (1995, p. 574) define legitimidade como “uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições”. Assim, caso a empresa haja contra as normas sociais surge uma lacuna na legitimidade que pode gerar danos à reputação (Brown & Deegan, 1998; Deegan & Unerman, 2011). Portanto, a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade é um instrumento para gerar impressões favoráveis e preservar, assim, a legitimidade organizacional perante a sociedade (Bebbington, Larrinaga, & Moneva, 2008).

A divulgação de informações socioambientais torna-se mais necessária quando a empresa realiza atividades de maiores impactos ambientais, como as atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais (PPURN) elencadas na Lei 10.165/2000. Pois, de acordo com Liu e Zhang (2017), empresas com maiores impactos ambientais sofrem maiores pressões dos *stakeholders* e possuem maiores chances de

serem vistas como não legítimas. Por conseguinte, o objetivo da divulgação é ajudar as empresas a enfrentarem as pressões sociais e políticas exercidas por *stakeholders* não mercantis, como Organizações Não Governamentais (ONGs), formuladores de políticas públicas ou a mídia (Gray, Kouhy, & Lavers, 1995).

Portanto, a divulgação socioambiental refere-se aos relatórios corporativos de sustentabilidade que tratam de questões ambientais, sociais e éticas. Envolve áreas como redução das mudanças climáticas, direitos humanos, relações com funcionários, responsabilidade por produtos, filantropia e governança corporativa. As empresas normalmente divulgam informações sobre suas atividades em seus relatórios anuais, na imprensa, em sites institucionais, ou em relatórios sociais separados (Gray et al., 1995; Deegan, 2002; Reverte, 2009). Diante disso, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais os principais aspectos socioambientais reportados nos relatórios de sustentabilidade das empresas da B3? O objetivo do estudo é verificar os principais aspectos socioambientais divulgados nos relatórios de sustentabilidade, das empresas da B3, no período de 2013 a 2018.

A divulgação de informações por parte das empresas é uma forma de apontar para o mercado a posição financeira, econômica e administrativa, e, assim, reduzir a assimetria informacional. Diante disso, o estudo justifica-se, pois o *disclosure* auxilia na transparência da organização e na prestação de contas para a sociedade. Portanto, averiguar os principais pontos abordados nos relatórios de sustentabilidade permite identificar as ações socioambientais adotadas pelas empresas, bem como, comparar a divulgação entre setores, entre empresas com maior e menor impacto ambiental e entre os diferentes segmentos de governança corporativa.

Assim, estudos baseados na análise aprofundada dos relatórios de sustentabilidade indicam para a sociedade e para o mercado os pontos que foram mais evidenciados nos documentos e aqueles que precisam de mais

atenção, bem como, destaca padrões na divulgação e propõem melhorias nas informações relatadas. Além disso, corrobora com a literatura, pois indica um possível indicador, baseado nos principais dados relatados, para pesquisas futuras que visem verificar fatores determinantes para a divulgação socioambiental.

Referencial Teórico

Teoria da Legitimidade e Teoria da Divulgação Voluntária

A teoria da legitimidade é aplicada em diversos estudos para explicar a divulgação socioambiental ou investimentos em RSC (Brown & Deegan, 1998; Patten, 2002). Essa teoria baseia-se na ideia de contrato social, na qual a existência de uma organização depende dos limites e normas impostos pela sociedade (Brown & Deegan 1998). Diante disso, caso os stakeholders considerem a entidade como não sustentável, sua continuidade, a longo prazo, está em risco (Davis, 1973).

Assim, a teoria da legitimidade sugere que empresas com baixo desempenho usam da divulgação socioambiental como uma tática de legitimação, para influenciar as percepções do público em relação ao seu desempenho (Deegan, 2002). De acordo com Hummel e Schlick (2016), as empresas que apresentam desempenho fraco preferem informações de baixa qualidade, tais como as superficiais, as incompletas e as não comparáveis ou ambíguas, para obscurecer seu estado verdadeiro, e, ao mesmo tempo, manter a legitimidade criando uma imagem adequada de sustentabilidade.

Portanto, para a teoria da legitimidade há uma associação negativa entre o desempenho ambiental e o nível de divulgação voluntária (Patten, 2002; Clarkson, Li, Richardson & Vasvari, 2008). A divulgação socioambiental está relacionada a pressões sociais e políticas corporativas. Dessa forma, na medida em que o desempenho socioambiental é ruim, as pressões políticas, sociais e a ameaça à legitimidade são maiores, logo, as instituições tendem a aumentar as divulgações voluntárias para tentar mudar as

percepções das partes interessadas sobre seu desempenho (Clarkson et al., 2008).

Em contrapartida, a Teoria de Divulgação voluntária, originalmente, refere-se ao *disclosure* de informações financeiras (Verrecchia, 1983). Dye (2001) argumenta que as empresas tendem a divulgar informações favoráveis em detrimento das desfavoráveis. Contudo, a utilização das premissas dessa teoria estendeu-se para o campo da sustentabilidade. Diante disso, Clarkson et al. (2008) argumentam que empresas com bom desempenho socioambiental tendem a divulgar, voluntariamente, informações não financeiras, com o objetivo de aumentar o seu valor de mercado.

Assim, a teoria da divulgação voluntária e a teoria da legitimidade produzem previsões opostas em relação ao desempenho e a divulgação socioambiental (Clarkson et al., 2008; Cho & Patten, 2007). No entanto, as duas teorias não são exclusivas, e sim, complementares. Conforme Clarkson et al. (2008) e Hummel e Schlick (2016), pode-se atribuir uma relação positiva entre o desempenho ambiental e a divulgação ambiental como evidência para a aplicação da teoria do *disclosure* voluntário, mas se utiliza à teoria da legitimidade para explicar padrões nos dados encontrados.

Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

Entre os anos de 1950 e 1960, havia pouco entendimento por parte das empresas acerca de seus impactos socioambientais (Hanks, 2005). Neste período, Bowen (1953, p. 6) estabeleceu uma definição inicial para RSC: "... refere-se às obrigações dos empresários de buscar políticas, tomar decisões ou seguir linhas de ação que sejam desejáveis em termos dos objetivos e valores da sociedade". A RSC ou a consciência social dos gerentes significa que os empresários são mais responsáveis pelas consequências de suas ações, em uma esfera mais ampla, do que pelas declarações de lucros e perdas (Bowen, 1953, p. 44). Para Davis (1967, p. 46) "a RSC surge da preocupação com as consequências éticas de seus atos, pois podem afetar os

interesses de outros”.

Para Johnson (1971, p. 50), uma empresa socialmente responsável é aquela que “equilibra uma multiplicidade de interesses, tais como os da sociedade, os da organização e os dos *stakeholders*”. Em vez de lutar apenas por maiores lucros para seus acionistas, uma empresa responsável também leva em consideração funcionários, fornecedores, distribuidores, comunidades locais e a nação. Além disso, decisões empresariais socialmente responsáveis podem ser justificadas por terem chances de trazer, no longo prazo, ganhos econômicos para a empresa, retornando assim o investimento (Johnson, 1971, p. 54).

Nos anos de 1980, as organizações começam a ver benefícios nas práticas socioambientais (Hanks, 2005). Esse período foi marcado pela definição de desenvolvimento sustentável cunhada pela comissão de Brundtland (1987, p. 46): “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”. Dessa forma, a sustentabilidade derivou do conceito de desenvolvimento sustentável e começou a ganhar adeptos nos anos 1990, quando Elkington (1997) introduziu a noção do *Triple Bottom Line (TBL)* e o ligou à ideia de sustentabilidade.

O TBL, de Elkington (1997), consiste em uma estrutura contábil, que mede os resultados de uma organização, nos quesitos sociais, ambientais e financeiros. O termo sustentabilidade não engloba apenas aspectos ambientais, dessa forma, o capitalismo sustentável precisa preocupar-se com questões que vão além das ambientais, ou seja, precisa abordar a equidade social, a justiça ambiental e a ética nos negócios. Diante disso, o TBL transcende os relatórios contábeis tradicionais, pois inclui indicadores ambientais e sociais (Elkington, 1997).

A partir de 1990, as questões socioambientais passaram a ser institucionalizadas. Assim, indicadores de sustentabilidade e certificações voluntárias se espalharam, bem como práticas de diálogo com *stakeholders*, análise de ciclo de vida dos produtos e *ecodesign* (Hanks, 2005). Os anos

2000 foram marcados pela consolidação do conceito de sustentabilidade como abordagem de gestão. Dessa forma, as empresas passam a mensurar seus impactos, inovar seus processos e produtos, dialogar com seus *stakeholders* e prestar-lhes contas, bem como, influenciar sua cadeia de valor na adoção da agenda (Hanks, 2005).

Evidenciação Socioambiental

A divulgação social corporativa pode ser definida como o fornecimento de informações financeiras e não financeiras relacionadas à interação de uma organização com seu ambiente físico e social, conforme declarado no relatório anual ou em relatórios sociais separados (Hackston & Milne, 1996). Segundo Gray, Javad, Power e Sinclair (2001), a divulgação compreende informações relativas às atividades, às aspirações e à imagem pública de uma empresa em relação às questões ambientais, de funcionários, de consumo, de uso de energia, de igualdade de oportunidades, de comércio justo e de governança corporativa.

Em geral, o *disclosure* social é visto como um meio de proteger a reputação corporativa e influenciar as percepções das partes interessadas, tais como, reguladores, consumidores, acionistas, grupos da sociedade civil e investidores sociais, sobre a empresa (Deegan, 2002; Chen & Roberts, 2010). Ao compartilhar informações com terceiros sobre os impactos não econômicos das operações da empresa, a divulgação pode diminuir as assimetrias informacionais entre os *stakeholders*, mitigar possíveis pressões regulatórias e deixar a empresa em melhor posição para aproveitar futuras oportunidades de investimentos (Villier & Van Staden, 2006).

De acordo com a definição clássica de Freeman (2010, p. 26), um *stakeholder* é “qualquer grupo ou indivíduo que possa afetar ou seja afetado pela realização dos objetivos de uma organização”. Com base na teoria do *stakeholder*, Ullmann (1985) apresenta um modelo para explicitar as correlações entre RSC e os fatores tridimensionais determinantes para sua divulgação, que são: o poder das partes

interessadas, a postura estratégica da empresa em relação à divulgação de relato social e os recursos econômicos.

A primeira dimensão do modelo de Ullmann (1985) explica que a empresa responderá à intensidade das demandas dos *stakeholders*. A segunda dimensão descreve o modo de resposta dos principais tomadores de decisão de uma empresa às demandas sociais, que pode ser passiva ou ativa. A terceira dimensão do modelo diz respeito ao desempenho econômico passado e atual da empresa. Os recursos financeiros das empresas são um importante determinante da divulgação social, pois determinam o peso relativo das demandas sociais e a atenção que recebem dos principais tomadores de decisão. Além disso, a disponibilidade de recursos financeiros afeta a capacidade financeira para realizar programas de divulgação dispendiosos relacionados à coleta, à medição e à auditoria de dados.

A partir de 1980, os padrões de divulgação socioambiental aumentaram em número e em popularidade. Um estudo realizado por Ligteringen e Zadek (2004), identificou mais de 300 padrões corporativos globais, cada um com suas próprias características. Dentre estes padrões está o *Global Reporting Initiative* (GRI). A função desses modelos e orientações é estimular a evidenciação e o investimento por parte das empresas em questões ambientais e sociais. Koerber (2009) afirma que algum grau de sobreposição pode ser detectado entre esses padrões, embora cada conjunto de padrões seja projetado para satisfazer as necessidades específicas de um grupo de *stakeholders*.

O GRI é a principal organização que estabelece os padrões internacionais de *disclosure* do relatório de sustentabilidade. Em outubro de 2016, a *Global Sustainability Standards Board* (GSSB) lançou os primeiros padrões globais GRI de relatórios de sustentabilidade, os quais permitem que todas as organizações relatem publicamente seus impactos econômicos, ambientais e sociais e mostrem como elas contribuem para o desenvolvimento sustentável (GRI, 2019). No Brasil, além dos padrões GRI, há também as recomendações e indicadores do

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e Instituto Ethos.

A B3, a partir de 2012, passou a recomendar às empresas listadas que indicassem no Formulário de Referência se publicavam relatórios de sustentabilidade e o local de acesso. Em caso negativo, as empresas deveriam explicar o porquê não o faziam. Essa iniciativa foi intitulada de “Relate ou Explique”, realizada em parceria com a GRI, com apoio do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), e objetivava uma adesão progressiva das companhias à prática de reportar para os investidores informações e resultados relacionados às dimensões ambiental, social e de governança corporativa (B3, 2019). Portanto, observa-se que a pressão por adesão a práticas RSC, bem como pela sua divulgação, é crescente, pois, a divulgação de informações de RSC é uma ferramenta de comunicação da empresa como o *stakeholders*, ou seja, uma medida de se torna mais transparente.

Metodologia

Classificação da Pesquisa, Amostra e Fonte de dados

A pesquisa é classificada como descritiva, no que tange aos objetivos. Com relação aos procedimentos, esta pesquisa classifica-se como documental. Quanto à abordagem do problema, é quantitativa e qualitativa, pois emprega a análise de conteúdo nos relatórios de sustentabilidade e oferece tratamento estatístico aos dados extraídos dos documentos.

A amostra é constituída por 120 empresas da B3, que publicaram o relatório de sustentabilidade, no período de 2013 a 2018. Este período foi selecionado, pois o “Relate ou Explique”, da B3, fomentou a divulgação dos relatórios, assim, há um maior interesse por parte das empresas de divulgar informações socioambientais neste período.

Os relatórios de sustentabilidade abordam diversos aspectos socioambientais. Assim, a seleção assuntos para guiar a análise de conteúdo, foi baseada nas diretrizes G4 da GRI (2013), na literatura nacional Rover (2013) e Rover, Murcia e Souza (2015) e na literatura internacional Khan, Muttakin e Siddiqui

(2013), Jizi, Salama, Dixon e Stratling (2014), Liu e Zhang (2017) e Mohamed, Hay e Staden (2018). Dessa forma, foram selecionados 85 itens, sendo 47

sociais e 38 ambientais, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1: Itens de Verificação da Divulgação Socioambiental

Métrica para análise do <i>disclosure</i> voluntário Socioambiental.	
Categorias	Subcategorias - Itens de Verificação
Comunidade	Combate à corrupção; Engajamento e relacionamento com <i>stakeholders</i> ; Canais de comunicação com a sociedade; Ações e programas sociais; Investimentos e Dispendios sociais; Impacto nas comunidades locais; Desenvolvimento das comunidades locais; Trabalhos voluntários; Incentivos fiscais; Combate ao trabalho infantil.
Produtos, serviços e consumidores.	Programas de Qualidade - ISOs 9.000 e 9.001; Gestão de qualidade; Consulta à satisfação dos clientes; Relacionamento, avaliação e gestão dos fornecedores; Pesquisa e desenvolvimento.
Diversidade	Diversidade e igualdade entre os colaboradores; Colaboradores por gênero; Colaboradores por raça; Colaboradores por idade; Colaboradores por categorias funcionais; Colaboradores por região; Remuneração entre homens e mulheres; Remuneração dos membros (Fixa e variável); Licença maternidade e paternidade; Colaboradores temporários, estagiários e terceirizados.
Relações com colaboradores	Acidentes com colaboradores; Saúde e segurança do trabalho; OHSAS 18001; Sindicatos e negociação coletiva; Reclamações e indenizações trabalhistas; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); Lesões, absenteísmo, óbitos, doenças ocupacionais e dias perdidos; Remuneração e benefícios; Contratações; Demissões; Rotatividade; Compromisso com direitos humanos; Treinamentos e capacitação.
Conformidade Socioambiental	Prêmios e reconhecimentos; Multas e sanções; Indenizações; Denúncias; Queixas e reclamações; Processos administrativos, ações judiciais e autos de infração; Gestão de riscos; Adesão aos objetivos de desenvolvimento sustentável; Comitê de sustentabilidade.
Recursos hídricos e energéticos	Reutilização, tratamento ou reciclagem da água; Descarte de água e efluentes; Qualidade da água; Eficiência hídrica e energética; Redução do consumo de água e energia; Consumo de água e energia; Utilização de Combustíveis Fósseis; Utilização de recursos renováveis; Utilização de recursos não renováveis; Consumo de combustíveis; Recursos energéticos por fonte (hidráulica, carvão, biomassa, eólica solar).
Biodiversidade	Impactos na Biodiversidade; Preservação da biodiversidade; Habitats protegidos ou restaurados; Reflorestamento; Áreas degradadas; Recuperação de áreas degradadas; Preservação da fauna e flora.
Gestão Ambiental	Políticas ambientais; Gestão ambiental; Participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE); Apresentação do Balanço social; Certificados e licenças ambientais; ISOs 14.000.
Impactos ambientais	Emissão de Gases de efeito estufa; Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL); Certificado de Emissão Reduzida (CER); Índice Carbono Eficiente (ICO2); Impactos ambientais; Redução dos impactos ambientais; Programas de Gestão de resíduos; Destinação de resíduos; Resíduos sólidos e não sólidos; Resíduos perigosos; Resíduos não perigosos; Tratamento, recuperação, reciclagem ou reutilização de resíduos; Vazamentos e derramamentos; Investimentos e gastos ambientais.

Fonte: elaborado pelos autores.

De acordo com Branco e Rodrigues (2008) e Krippendorff (2013), a análise de conteúdo é uma abordagem confiável e válida para medir a quantidade e a qualidade da divulgação. Sendo assim, para mensurar a evidenciação socioambiental, cada item divulgado foi atribuído o valor de 1 (um) e 0 (zero) caso contrário.

Análise e Discussão dos Resultados

Relatórios de Sustentabilidade Analisados

No total foram analisados 510 relatórios de sustentabilidade, no período de 2013 a 2018. Observa-se, na Tabela 1, que a quantidade de documentos divulgados não variou muito ao longo dos anos, sendo 2017 o ano que mais houve relatórios de sustentabilidade publicados. O total de páginas analisadas foi de 46.002, o número

médio de páginas dos relatórios gira em torno de 89, o menor relatório teve 17 páginas e o maior

309.

Tabela 1: relatórios de Sustentabilidade analisados

Ano	Relatório de Sustentabilidade					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Número de relatórios	78	83	79	89	99	82
Total de páginas	7743	7389	6410	7834	8951	7675
Número médio de páginas	99.27	89.02	81.14	88.02	90.41	93.60
Número máximo de páginas	309	232	169	228	210	229
Número mínimo de páginas	17	18	27	27	22	22

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao estudo de Rover (2013), que analisou os relatórios de sustentabilidade no período de 2008 e 2010, observa-se um aumento no número de documentos publicados, visto que, no período de estudo da autora o maior número de relatórios localizados, em um ano, foi de 63. Em relação ao número mínimo de páginas, em todos os anos de 2013 a 2018, foi maior que no período de 2008 a 2010.

Os relatórios com mais de 200 páginas, que são um total de 15, dos 510 analisados, estão ligados a empresas do setor de utilidade pública, materiais básicos, bens industriais e consumo não

cíclico. Já os relatórios com menos de 30 páginas, que são um total de 21, são de empresas dos setores de consumo cíclico, materiais básicos, consumo não cíclico, utilidade pública, Petróleo, Gás e Biocombustíveis e bens industriais. Assim, pode-se inferir que o setor de atuação da empresa não influencia no tamanho do relatório, visto que, um mesmo setor pode-se ter uma empresa com relatório de 200 páginas e outra com um relatório de 20.

No período de 2013 a 2018, dos 510 relatórios de sustentabilidade publicados, cerca de 88,00% foram no formato GRI, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2: Formato dos Relatórios de Sustentabilidade

Ano	Modelo dos Relatórios de Sustentabilidade											
	2013		2014		2015		2016		2017		2018	
Total de relatórios	78		83		79		89		99		82	
%/QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD
Modelo GRI	89,87%	70	87,21%	72	87,65%	69	88,89%	79	89%	88	89,16%	73
Outro Modelo	10,13%	8	12,79%	11	12,35%	10	11,11%	10	11%	11	10,84%	9

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com Rover (2013), a adesão ao modelo GRI segue crescente desde 2001, mas, apenas em 2008, o modelo GRI ultrapassou outros modelos de relatório. Em 2008, 35% dos relatórios analisados eram no formato GRI, já em 2018, 10 anos depois, o número mais que dobrou, pois 89.16% dos relatórios adotam essa padronização. Este aumento expressivo indica uma maior preocupação com a transparência por parte das empresas, visto que o modelo GRI é adotado internacionalmente. Além disso, os padrões GRI, desenvolvidos pelo *Global Sustainability Standards Board* (GSSB),

permitem que todas as organizações relatem publicamente seus impactos econômicos, ambientais e sociais.

Estatística Descritiva dos Dados Divulgados nos

Relatórios de Sustentabilidade

Conforme a Tabela 3, o resultado do teste de Doornik-Hansen indica que os dados não seguem uma distribuição normal, pois o teste rejeita a hipótese nula de normalidade.

Tabela 3: Teste de normalidade Doornik-Hansen

Teste de Normalidade Dos Dados de Evidenciação Socioambiental	
D-H	15.482***
P-Valor	0.0004

Fonte: dados da pesquisa.

Nota: *** significativo a 1%.

Como os dados não seguem uma distribuição normal foi feito o teste de diferenças

Tabela 4: Testes de diferença de média Kruskal Wallis.

Divulgação Socioambiental por Nível de Governança						
Nível de Governança	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.	Obs.	K-W
Bovespa Mais	34.9	13.81	20	54.12	5	
Nível 1	61.02	18.8	11.76	88.24	73	
Nível 2	49.38	15.14	14.12	84.71	38	
Novo Mercado	52.48	14.64	10.59	82.35	257	
Tradicional	49.93	14.55	14.12	83.53	137	
Qui-quadrado						36.559***
P-valor						0.0001
Divulgação Socioambiental Segregados pelo Potencial de Poluição						
Lei 10.165/2000	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.	Obs.	M-W
Média dos setores PPURN	54.78	15.68	10.59	88.24	374	
Média dos setores fora do PPURN	46.29	14.35	11.76	72.94	136	
Qui-quadrado						28.146***
P-valor						0.0001
Divulgação Socioambiental por Setor						
Setores	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.	Obs.	K-W
Bens Industriais	50.52	12.68	14.12	72.94	86	
Consumo Cíclico	42.51	12.11	15.29	71.76	65	
Consumo não Cíclico	50.14	14.25	11.76	77.65	63	
Materiais Básicos	53.47	15.9	14.12	82.35	67	
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	48.89	18.82	18.82	76.47	14	
Saúde	51.96	13.54	14.12	68.24	18	
Tecnologia da Informação	40.24	9.42	28.24	50.59	10	
Telecomunicações	57.01	7.1	44.71	68.24	22	
Utilidade Pública	58.83	17.21	10.59	88.24	165	
Qui-quadrado						72.755***
P-valor						0.0001

Fonte: dados da pesquisa. Nota: *** Significativo a 1%.

De maneira geral, as empresas que estão nos segmentos diferenciados de governança corporativa divulgam mais informações relacionadas aos aspectos socioambientais. As empresas do Nível 1 e Novo mercado divulgam, em média, 60% dos itens selecionados. Em contrapartida, os segmentos que menos divulgaram foram o Tradicional e o Bovespa Mais, que apresentam, em partes, uma estrutura de governança mais incipiente.

Além do segmento de listagem, outro

de médias, não paramétrico, de Kruskal-Wallis para os grupos Segmento de Listagem e Setores e o teste de Mann-Whitney para empresas enquadradas ou não nas atividades PPURN. Conforme a Tabela 4, observa-se que se rejeita a hipótese nula de que as médias são estatisticamente iguais, logo há diferenças significativas em todos os grupos testados.

fator que afeta o nível de divulgação é a atividade/setor que a empresa está inserida, pois, em média, as empresas que estão classificadas no PPURN possuem maior divulgação. As atividades destacadas na Lei 10.165/2000 abarcam empresas dos setores de bens industriais, de utilidade pública, de consumo não cíclico, de consumo cíclico, de materiais básicos, de petróleo, gás e biocombustível, de saúde e de tecnologia da informação. Porém, não são todas as empresas destes setores que realizam atividades elencadas na Lei 10.165/2000.

A média de divulgação dos setores gira em torno de 50% dos 85 itens elencados na

Figura 1, esse resultado corrobora com os achados de Cardoso, De Luca e Gallon (2014), que encontrara níveis de evidenciação socioambiental semelhante. O setor que possui o maior percentual de divulgação é o de utilidade pública, que abrange empresas de saneamento e de energia elétrica. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em sua resolução nº 444/01 e em seu despacho nº 3.034/06 recomenda, fortemente, a publicação do balanço social e institui manual de elaboração de um relatório de socioambiental para empresas do

setor elétrico. Assim, a média de divulgação das empresas relacionada às atividades elétricas é de 63%, ou seja, superior à média geral do setor de utilidade pública e superior à média dos demais setores.

A Tabela 5 traz as os valores médios, segregados em social e ambiental, e estes em empresas que estão nas atividades elencadas na Lei 10.165/2000 e que não estão. Assim, observa-se que de maneira geral os itens sociais são mais divulgados por todos os setores.

Tabela 5: Média de divulgação dos itens ambientais e sociais

Setor	Social			Ambiental		
	Geral	PPURN	Fora do PPURN	Geral	PPURN	Fora do PPURN
Bens Industriais	57.91	62.88	49.29	41.39	42.39	39.64
Consumo Cíclico	52.28	41.10	55.91	31.22	32.27	30.80
Consumo não Cíclico	54.89	56.44	39.72	44.70	46.48	27.19
Materiais Básicos	56.97	57.13	55.32	49.14	50.60	34.21
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	53.90	0.00	0.00	42.69	0.00	0.00
Saúde	63.36	66.38	62.19	37.87	34.74	39.07
Tecnologia da Informação	49.15	51.42	45.74	29.21	40.79	11.84
Telecomunicações	66.44	0.00	0.00	45.33	0.00	0.00
Utilidade Pública	64.15	65.01	44.68	52.24	53.13	32.33

Os itens sociais são constituídos por fatores relacionados à comunidade, à diversidade, à relação com colaboradores, os produtos, os serviços, os consumidores e a conformidade. A organização, direta ou indiretamente, visa atender as demandas sociais (Carvalho, Goulart & Vieira, 2004). Assim, os relatórios de sustentabilidade trazem diversas informações, tais como de valorização da diversidade ou combate à discriminação, benefícios aos empregados e projetos comunitários. De acordo como Gray et al., (1996), as organizações querem ser percebidas como operando dentro dos limites e normas sociais. Diante disso, setores de maior risco, ou seja, aqueles classificados como PPURN, tendem a divulgar mais, pois precisam garantir que suas atividades sejam percebidas como sendo legítimas.

De maneira geral, as empresas classificadas como PPURN possuem uma maior

divulgação de itens ambientais, dado seu maior impacto ambiental. O setor que mais divulga informações ambientais é o de utilidade pública, seguido pelo de materiais básicos, este último abarca atividades consideradas de alto potencial de poluição tais como, as indústrias químicas, de papel e celulose, de fertilizantes e pesticidas, de transformação de aço e de mineração.

Portanto, a divulgação de informações é influenciada pelo segmento de listagem no qual a companhia está inserida, pois um dos pilares da governança corporativa é a transparência (IBGC, 2019; Ho & Wong, 2001). Outro ponto que faz o nível de divulgação oscilar é o setor no qual a empresa está instalada, afinal aqueles setores que oferecem maiores riscos ambientais e sociais tendem a divulgar mais informações para proteger sua reputação e influenciar as percepções dos *stakeholders* (Deegan, 2002; Liu & Zhang, 2017).

Análise Fatorial das Informações Abordadas nos Relatórios de Sustentabilidade

A análise fatorial foi gerada para 85 variáveis e 510 observações, assim a quantidade de dados é cinco vezes maior, conforme indicado por Hair et al. (2009). A comunalidade para as variáveis “Licença maternidade e paternidade” e

“Vazamentos e derramamentos”, foram inferiores a 0,5, logo foram excluídas. Assim, foi gerada uma nova análise fatorial com as 83 variáveis restantes. Os resultados dos testes de adequabilidade estão dispostos na Tabela 6.

Tabela 6: Teste de Adequabilidade dos dados a análise fatorial

Testes de Adequabilidade à Análise Fatorial									
Número de Variáveis	83								
Número de observações	510								
Kayser-Meyer-Olkin (KMO)	0.8435								
Teste de esfericidade de Bartlett	3403								
P-valor	0.0000								
Fatores Selecionados									
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Fator 6	Fator 7	Fator 8	Fator 9
Autovalor	4.48	3.35	3.21	2.43	2.37	2.29	2.09	1.87	1,67
Variância Explicada %	5%	4%	4%	3%	3%	3%	3%	2%	2%
Variância Acumulada %	5%	9%	13%	16%	19%	22%	24%	27%	29%

Fonte: Dados da Pesquisa.

O KMO de 0,84 indica uma boa adequabilidade dos dados à análise fatorial, conforme a escala de Friel (2009). Além disso, o teste de esfericidade de Bartlett rejeita hipótese nula de que a matriz de correlações é estatisticamente igual à matriz identidade, indicando que os dados estão adequados para análise fatorial.

Para facilitar a interpretação e seleção dos fatores foi empregada a técnica de rotação *varimax*. Assim, gerou-se 27 (vinte e sete) fatores, destes foram selecionados os 9 (nove) fatores com maior autovalor. Além, do autovalor

maior que 1,0, conforme o critério de Kaiser (1958), a seleção de fatores foi feita, também, com base na capacidade de interpretação do conjunto das cargas fatoriais acima de 0,3 que constitui cada fator (Hair et al., 2009).

Os nove fatores representam os aspectos sociais e ambientais divulgados nos relatórios de sustentabilidade. A tabela 7 a apresenta os fatores sociais que foram denominados de: (1) Colaboradores; (3) relação com *stakeholders*; (4) Certificações; (5) Saúde e segurança dos trabalhadores; (6) Comunidade; (8) Relações Trabalhistas.

Tabela 7: Fatores Sociais

Variáveis	Colab.	Stakeh.	Certifi.	SS	Comu.	R.Trab	Comun
	Fator 1	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Fator 6	Fator 8	Comun
Diversidade e igualdade entre os colaboradores	0.395	0.154	0.142	0.252	0.072	0.095	0.572
Colaboradores por gênero	0.723	0.040	-0.046	0.078	0.011	0.001	0.618
Colaboradores por idade	0.693	0.078	-0.034	-0.026	0.023	0.241	0.651
Colaboradores por categorias funcionais	0.621	0.224	0.096	0.108	0.125	0.209	0.646
Colaboradores por região	0.648	0.085	0.052	0.082	0.042	-0.080	0.618
Remuneração entre homens e mulheres	0.402	0.163	0.071	0.003	0.004	0.026	0.541
Sindicatos e negociação coletiva	0.514	0.333	-0.016	0.152	0.189	0.012	0.621
Compromisso com direitos humanos	0.476	0.192	0.147	0.157	0.344	-0.211	0.635
Canais de comunicação com a sociedade	0.059	0.612	0.085	-0.011	0.065	0.229	0.646
Consulta à satisfação dos clientes	0.245	0.388	0.154	-0.015	-0.056	0.107	0.657
Multas e sanções	0.246	0.472	-0.086	0.187	0.004	0.066	0.588
Denúncias	0.289	0.576	0.108	0.103	-0.053	0.125	0.571

... Continua

Queixas e reclamações	0.203	0.545	0.100	0.105	0.323	0.034	0.642
Processos administrativos, ações judiciais e autos de infração.	0.135	0.588	0.002	0.035	0.096	0.019	0.604
Gestão de riscos	0.246	0.333	-0.021	0.104	0.129	-0.048	0.631
Programas de Qualidade - ISOs 9.000	0.052	0.031	0.776	0.090	0.111	0.156	0.713
OHSAS 18001	-0.021	0.066	0.715	0.034	-0.021	-0.067	0.686
ISO 14.000 e 14.001	0.060	0.064	0.773	0.063	0.050	0.019	0.708
Acidentes com colaboradores	0.079	0.080	0.061	0.802	0.014	-0.002	0.768
Saúde e segurança do trabalho	0.035	0.175	0.086	0.626	-0.057	-0.050	0.665
Lesões, absenteísmo, óbitos, doenças ocupacionais e dias perdidos.	0.228	-0.009	0.080	0.717	0.201	0.140	0.704
Impacto nas comunidades locais.	0.049	0.045	0.031	0.066	0.543	0.021	0.559
Desenvolvimento das comunidades locais	0.267	0.026	0.075	0.105	0.422	-0.050	0.653
Combate ao trabalho infantil	0.276	0.215	0.166	0.197	0.326	0.027	0.64
Relacionamento, avaliação e gestão dos fornecedores.	0.229	0.364	0.081	0.030	0.381	-0.088	0.568
Reclamações e indenizações trabalhistas	-0.048	0.120	0.037	0.132	-0.011	0.376	0.568
Demissões	0.207	0.200	0.121	0.023	0.110	0.633	0.633
Rotatividade	0.370	0.257	0.111	0.044	0.041	0.388	0.653

Fonte: Dados da pesquisa.

O fator “Colaboradores” apresenta a segregação dos trabalhadores encontrada nos relatórios de sustentabilidade. Em linhas gerais, os relatórios trazem a quantidade de funcionários, e, em alguns casos, a remuneração, separada por gênero, idade, região, categoria funcional e tipo de contrato (efetivo, estagiário, dentre outros). O objetivo é demonstrar a diversidade da empresa. De acordo com Wailes e Michelson (2008), ao investir em respeito à diversidade ou em práticas não discriminatórias, as organizações são percebidas como mais responsáveis, logo contribui para legitimidade social.

Corroborando com Saraiva e Irigaray (2009), os resultados apontam que os discursos empresariais abordam uma nova visão organizacional, trazendo uma visão de cidadão, ao invés de empregado, e de comunidade, ao invés de empresa. Assim, o trabalhador é um dos principais pontos dos relatórios de sustentabilidade, no que tange aos quesitos sociais. Além do fator “Colaborador”, os fatores “Saúde e Segurança” e “Relações Trabalhistas”, também são destinados a demonstrar questões relacionadas aos empregados. De maneira geral, as empresas costumam segregar, no relatório de sustentabilidade, o número de trabalhadores contratado, demitidos e a taxa de rotatividade, em alguns casos, essas categorias ainda são subdivida

por idade, gênero, região, dentre outras.

O fator “Segurança e Saúde” também é um dos quesitos relacionados ao capital humano. A divulgação costuma destacar o número de dias sem acidentes, além disso, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) está presente em quase todas as empresas analisadas. Os dados deste fator costumam ser segregados em acidentes com óbitos e sem óbitos, lesões e doenças ocupacionais, além de trazer o número de absenteísmo e dias perdidos. Os relatórios trazem ainda dados de investimentos para melhorar o bem-estar do trabalhador, como a concessão de benefícios e plano de saúde. Os resultados relacionados ao capital humano corroboram com o estudo de Cinquini, Passetti, Tenucci e Frey (2012) que também contataram que os principais pontos abordados nos relatórios são referentes ao bem-estar dos funcionários, saúde e segurança, bem como discriminação de funcionários por gênero e taxa de rotatividade de pessoal.

As empresas adotam práticas de proteção ao trabalhador ou mesmo buscam uma proximidade como a população, conforme demonstrado nos fatores “Comunidade” e “Relação com Stakeholders”, pois visam de acordo com Lounsbury e Crumley (2007) e Wailes e Michelson (2008), legitimar-se perante o mercado ou com os clientes. Além disso, as

empresas estão, cada vez mais, buscando contato com as partes externas e desenvolvimento da região na qual estão instaladas. Os relatórios de algumas empresas destacam projetos sociais, ONGs e fundações criadas e mantidas pelas empresas. Para Porter e Kramer (2011), os programas de responsabilidade social surgiram para melhor a reputação empresarial. Porém para os autores, além dessa preocupação as empresas devem investir em gerar valor compartilhado que consiste em atender as necessidades da sociedade, como um todo, para assim, melhorar o resultado empresarial.

Apesar dessa busca por legitimidade, as empresas divulgam pontos negativos em seus relatórios tais como, litígios judiciais e acidentes com colaboradores, mas também colocam medidas que são tomadas para evitar essas fatalidades. De maneira incipiente, este resultado indica uma tendência de mudança nas inferências da Teoria da Divulgação Voluntária, de Dye (2001), que afirma que as empresas omitem as informações desfavoráveis. Apesar de divulgá-las de forma menos explícita, de maneira geral, são encontradas algumas informações não favoráveis à organização nos relatórios de sustentabilidade. A divulgação apenas de informações positivas, para Lima (2007) e Murcia e Santos (2009), representa falta de transparência. Esse resultado corrobora com as externalidades negativas exploradas no estudo de Cardoso et al. (2014).

Outro ponto que merece destaque nas divulgações sociais e ambientais é a adesão a normas, denominados nesta pesquisa como

“Certificações”. A ISO 14.000 e 14.001 são certificações dadas a empresas que desenvolvem um sistema de gestão ambiental. A *Occupational Health and Safety Assessments Series* (OHSAS), são normas de gestão da saúde e segurança ocupacional, que são abordadas nos relatórios de sustentabilidade adotadas por diversas empresas da B3. Já as ISOs 9000 são normas que estabelecem um modelo de gestão da qualidade dos processos da organização. As evidenciações da adesão dessas normas corroboram com o estudo de Fryxell e Szeto (2002), que destacam que as normas e certificações ajudam a empresa manter a conformidade regulatória, além de colaborar na boa gestão de recursos, tais como resíduos, água, energéticos dentre outros.

Além das questões sociais, outro ponto que permeia os relatórios de sustentabilidade são as questões ambientais, que estão em pauta na sociedade, nas convenções ONU, nos jornais e dentro das empresas. A Tabela 8 apresenta os fatores ambientais que foram denominados de: (2) Preservação; (7) Combustíveis e (9) Gestão Ambiental. Um dos tópicos principais dessa discussão é o aquecimento global, este fato reflete nos relatórios de sustentabilidade. Haja vista que um fator é destinado a “Combustíveis”, pois, um dos principais meios para redução das emissões dos gases do efeito estufa é produção de energia limpa. Diante disso, cada vez mais as empresas vêm buscando a substituição dos combustíveis fósseis, por combustíveis renováveis.

Tabela 8: Fatores Ambientais

Variáveis	Preservação	Combustíveis	Gestão Ambiental	Comunalidade
	Fator 2	Fator 7	Fator 9	
Preservação da biodiversidade	0.589	0.071	0.051	0.636
Habitats protegidos ou restaurados	0.484	0.068	0.166	0.604
Áreas degradadas	0.782	0.074	0.060	0.717
Recuperação de áreas degradadas	0.779	0.062	0.066	0.72
Preservação da fauna e flora	0.656	0.185	-0.092	0.683
Utilização de Combustíveis Fósseis	0.133	0.672	-0.022	0.617
Utilização de recursos renováveis	0.072	0.489	-0.192	0.668
Utilização de recursos não renováveis	-0.026	0.352	-0.093	0.628
Consumo de combustíveis	0.179	0.624	0.113	0.63
Recursos energéticos por fonte (hidráulica, carvão, eólica solar e etc.)	0.243	0.453	-0.070	0.633
Políticas ambientais	0.166	0.245	0.433	0.642

... Continua

Impactos ambientais	0.070	0.024	0.325	0.656
Redução dos impactos ambientais	0.089	-0.088	0.719	0.644
Programas de Gestão de resíduos	-0.060	0.119	0.288	0.632

Fonte: dados da pesquisa.

Outro fator associado a mudanças climáticas é a degradação ambiental, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais [INPE] (2019), cerca de 58% das emissões dos gases do efeito estufa são provenientes de queimadas e do desmatamento. Assim, algumas empresas buscam reparar os danos causados e preservar a biodiversidade reflorestando, investindo em energia solar, eólica dentre outras que não gerem gases poluentes, conforme demonstrado pelo fator “Preservação”.

Para Hoffman (2005) e Porter e Kramer (2011) a adoção de uma cadeia produtiva mais sustentável não está ligada a maiores custos e sim a vantagem competitivas. Para Porter e Kramer (2011), a tendência é que a tecnologia viabilize a melhor utilização dos recursos naturais por toda a cadeia produtiva. Hoffman (2005) destaca vantagens competitivas, tais como reciclagem ou reutilização de produtos e insumos, além do aumento de eficiência dos processos, dado o maior investimento em tecnologia. Assim, em longo prazo, o investimento em práticas sustentáveis gera retornos positivos para empresas. Seguindo essa linha de pesquisa, outro ponto de destaque nos relatórios é representado pelo fator “Gestão Ambiental”. As empresas estão buscando cadeias produtivas mais eficientes e com menor impacto ambiental, e uma forma de atingir esse objetivo é por meio do investimento em tecnologia.

Assim, em linhas gerais relatórios de sustentabilidade trazem informações referentes aos anseios da sociedade, tais como emissões de poluentes e medidas para combatê-los. Outro ponto divulgado são os recursos energéticos e consumo de água. Uma precaução das empresas também é com a destinação de resíduos, dado que os mesmos podem poluir rios e o solo. Dessa forma, as questões ambientais são abordadas como forma demonstrar a cadeia produtiva ou mesmo as medidas adotadas para melhorar o

ambiente no qual a instituição está inserida.

Considerações Finais

O objetivo do estudo consistiu em verificar os principais aspectos reportados nos relatórios de sustentabilidade. Para consecução de tal objetivo, foram delimitados itens direcionadores da busca, sendo que, a maioria dos assuntos buscados correspondem a indicadores propostos pelas diretrizes da GRI. Para identificar os principais aspectos dos grupos de 83 variáveis, foi gerada uma análise fatorial, que reportou 27 fatores, destes foram selecionados 9 (nove), sendo 6 (seis) relacionados a aspectos sociais e 3(três) ambientais.

Os resultados apontam que as empresas, no geral, reportam diversas informações relativas aos colaboradores. Além disso, uma preocupação recorrente é com os Gases do Efeito Estufa (GEE). As empresas buscam também ampliar o contato com a comunidade e criar meios de dialogar com os *stakeholders*. Infere-se também, que conforme o esperado a companhias de níveis mais elevados de governança corporativa divulgam mais informações de cunho socioambiental, corroborando com os estudos de Adams (2002) e Iatrides (2013). Empresas com maiores impactos ambientais também tendem a divulgar mais informações, esse resultado vai ao encontro das percepções de KPMG (2005) e Liu e Zhang (2017).

O estudo traz contribuições para Teoria da Divulgação Voluntária, pois indica, de forma incipiente, que as empresas estão reportando informações negativas nos relatórios de sustentabilidade, tais como acidentes, óbitos, processos, multas, danos ambientem dentre outras. No entanto, apesar da ampla adesão ao modelo GRI, observa-se uma grande diferença em relação à profundidade na qual as informações são abordadas, prova disso são empresas dos mesmos setores terem grandes diferenças em

relação ao tamanho do relatório. Assim, uma empresa pode divulgar dados numéricos e expor todos os projetos para determinada área, em contrapartida, outra apenas faz menção.

O estudo contribui também com a teoria da legitimidade visto que demonstra que as empresas com classificadas como alto, médio ou pequeno PPURN divulga mais informações do que aquelas que não estão enquadradas na Lei 10.165/2000. Assim, corrobora com a ideia de quando a organização tem mais risco ambiental, ele divulga mais informações para preservar a sua legitimidade. Além disso, o seguimento de governança também corrobora com essa ideia, pois os níveis mais altos estão associados a uma maior transparência socioambiental. Diante disso, conclui-se que empresas como melhor estrutura de governança utilizam do *disclosure* socioambiental, como forma de melhorar sua reputação corporativa e gerenciar impressões dos *stakeholders*, como forma de manter ou melhorar seu valor de mercado.

O estudo tem como limitação a mensuração da evidenciação socioambiental, apesar de atribuir 1(um) para quando determina informação é reportada e 0 (zero) caso contrário ser amplamente utilizado na literatura, essa quantificação não leva em consideração a profundidade da informação divulgada. Conforme demonstrado no estudo mesmo com a ampla adesão ao modelo GRI, os relatórios do mesmo setor podem ter tamanhos muito diferentes. Assim, uma empresa que tem uma divulgação detalhada e possui diversos projetos em determinada área é colocada no mesmo patamar de uma que apenas faz menção a determinado item. Assim, esse tipo de métrica é eficiente apenas para verificar a variabilidade de temas abordados, como ocorreu neste estudo.

Como forma de dar continuidade a pesquisas relacionadas à evidenciação socioambiental, sugere-se utilizar apenas os itens que constituíram fatores para formar um indicador e verificar possíveis determinantes da divulgação, seja ligada a administração seja ligado a finanças. Além disso, pode-se analisar de com maior profundidade as informações desfavoráveis

divulgada nos relatórios, com o objetivo de contribuir com a Teoria da Divulgação Voluntária. Outro aspecto que pode ser investigado é o efeito da divulgação na legitimação da organização perante os *stakeholders*, ou seja, verificar a percepção dos usuários da informação contábil a respeito das empresas que reportam informações socioambientais.

Referências

- Adams, C. A. (2002). Internal organisational factors influencing corporate social and ethical reporting: Beyond current theorising. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(2), 223-250. Doi: <https://doi.org/10.1108/09513570210418905>
- Bebbington, J., Larrinaga, C., & Moneva, J. M. (2008). Corporate social reporting and reputation risk management. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. Doi: <https://doi.org/10.1108/09513570810863932>
- Berthelot, S., Cormier, D., & Magnan, M. (2003). Environmental, Disclosure Research: Review And Synthesis. *Journal of Accounting Literature*, 22, 1-44. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/285059735_Environmental_disclosure_research_Review_and_synthesis
- Bowen, H. R. (1953). *Social responsibilities of the businessman*. University of Iowa Press.
- Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. (2008). Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. *Journal of business Ethics*, 83(4), 685-701. Doi: <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9658-z>
- Brasil, Bolsa, Balcão [B3]. (2019b, junho 23). Segmentos de listagem. Recuperado de http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem/
- Brown, N., & Deegan, C. (1998). The public disclosure of environmental performance information: a dual test of media agenda setting

- theory and legitimacy theory. *Accounting and Business Research*, 29(1), 21–41. Doi: <https://doi.org/10.1080/00014788.1998.9729564>
- Cardoso, V. I. C.; Luca, M. M. M.; Gallon, A. V. (2014). Reputação corporativa e o disclosure socioambiental de empresas brasileiras. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 17.2. Recuperado de <https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/563/pdf>
- Carvalho, C. A., Goulart, S., & Vieira, M. M. F. (2004). A inflexão conservadora na trajetória histórica da teoria institucional. In: ENANPAD, 28, Curitiba, 2004. *Anais*, Curitiba: Anpad. Recuperado de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2004-teo-2823.pdf>
- Chen, J. C., & Roberts, R. W. (2010). Toward a more coherent understanding of the organization–society relationship: A theoretical consideration for social and environmental accounting research. *Journal of business ethics*, 97(4), 651–665. Doi: <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0531-0>
- Cho, C. H., & Patten, D. M. (2007). The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. *Accounting, organizations and society*, 32(7-8), 639–647. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.09.009>
- Cinquini, L., Passetti, E., Tenucci, A., & Frey, M. (2012). Analyzing intellectual capital information in sustainability reports: some empirical evidence. *Journal of Intellectual Capital*. Doi: <https://doi.org/10.1108/14691931211276124>
- Clarkson, P. M., Li, Y., Richardson, G. D., & Vasvari, F. P. (2008). Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting, organizations and society*, 33(4-5), 303–327. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2007.05.003>
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Comissão de Brundtland. (1987). *Relatório de Brundtland: nosso futuro comum*. Oxford University Press
- Davis, K. (1967). Understanding the social responsibility puzzle. *Business horizons*, 10(4), 45–50. Doi: [https://doi.org/10.1016/0007-6813\(67\)90007-9](https://doi.org/10.1016/0007-6813(67)90007-9)
- Davis, K. (1973). The case for and against business assumption of social responsibilities. *Academy of Management journal*, 16(2), 312–322. Doi: <https://doi.org/10.2307/255331>
- Deegan, C. (2002). Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures: a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 282–311. Doi: <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>
- Deegan, C., & Unerman, J. (2011). Unregulated corporate reporting decisions: considerations of systems-oriented theories. *Financial accounting theory*. London: McGraw-Hill.
- Dhaliwal, D. S., Li, O. Z., Tsang, A., & Yang, Y. G. (2011). Voluntary nonfinancial disclosure and the cost of equity capital: The initiation of corporate social responsibility reporting. *The accounting review*, 86(1), 59. Doi: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1687155>
- Doornik, J. A., & Hansen, H. (2008). An omnibus test for univariate and multivariate normality. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 70, 927–939. Doi: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00024-6](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00024-6)
- Dye, R. A. (2001). An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. *Journal of accounting and economics*, 32(1-3), 181–235. Doi: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00024-6](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00024-6)
- Elkington, J. (1997). Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business. *New Society: Stony Creek, CT*.
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2014). *Métodos Quantitativos com Stata: Procedimentos, Rotinas e Análise de Resultados* (Vol. 1). Elsevier Brasil.
- Freeman, R. E. (2010). *Strategic management: A stakeholder approach*. Cambridge university

- press.
- Friel, C. M. (2009). Notes on Factor Analysis. *Criminal Justice Centre, Sam Houston State University*.
- Fryxell, G. E., & Szeto, A. (2002). The influence of motivations for seeking ISO 14001 certification: an empirical study of ISO 14001 certified facilities in Hong Kong. *Journal of Environmental Management*, 65(3), 223-238. Doi: <https://doi.org/10.1006/jema.2001.0538>
- Global Reporting Initiative [GRI]. (2013). G4: Diretrizes Para Relato De Sustentabilidade. Recuperado de <http://www.b3.com.br/data/files/F7/07/8C/C9/5B243510DF0CA135790D8AA8/GRI-G4-Manual-de-Implementacao.pdf>
- Global Reporting Initiative [GRI]. (2019). GRI'S History. Recuperado de <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/grihistory/Pages/GRI's%20history.aspx>
- Gray, R., Javad, M., Power, D. M., & Sinclair, C. D. (2001). Social and environmental disclosure and corporate characteristics: A research note and extension. *Journal of business finance & accounting*, 28(3-4), 327-356. Doi: <https://doi.org/10.1111/1468-5957.00376>
- Gray, R., Kouhy, R., & Lavers, S. (1995). Corporate social and environmental reporting: A review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 8(2), 47. Doi: <https://doi.org/10.1108/09513579510146996>
- Gray, R., Owen, D., & Adams, C. (1996). Accounting and accountability: Social and environmental accounting in a changing world. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 10, 325-364. Doi: <http://dx.doi.org/10.22164/isea.v2i1.22>
- Hackston, D., & Milne, M. J. (1996). Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting, auditing & accountability journal*. Doi: <https://doi.org/10.1108/09513579610109987>
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Bookman Editora.
- Hanks, J. (2005). The Reference Compendium on Business and Sustainability. *University of Cambridge*.
- Hart, S. L. (1997). Beyond greening: strategies for a sustainable world. *Harvard business review*, 75(1), 66-77.
- Ho, S. S., & Wong, K. S. (2001). A study of the relationship between corporate governance structures and the extent of voluntary disclosure. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 10(2), 139-156. Doi: [https://doi.org/10.1016/S1061-9518\(01\)00041-6](https://doi.org/10.1016/S1061-9518(01)00041-6)
- Hoffman, A. J. (2005). Climate change strategy: The business logic behind voluntary greenhouse gas reductions. *California Management Review*, 47(3), 21-46. Doi: <https://doi.org/10.2307%2F41166305>
- Hummel, K., & Schlick, C. (2016). The relationship between sustainability performance and sustainability disclosure—Reconciling voluntary disclosure theory and legitimacy theory. *Journal of Accounting and Public Policy*, 35(5), 455-476. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2016.06.001>
- Iatrides, J. O. (2013). *Substitute for Power: Wartime British Propaganda to the Balkans, 1939-4*. Routledge.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC] (2019). Princípios que geram valor de longo prazo. Recuperado de <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais [INPE]. (2019). Monitoramento Do Território: Mudanças Climáticas. Recuperado de <http://www.inpe.br/faq/index.php?pai=9>
- Jizi, M. I., Salama, A., Dixon, R., & Stratling, R. (2014). Corporate governance and corporate social responsibility disclosure: Evidence from the US banking sector. *Journal of Business*

- Ethics*, 125(4), 601-615. Doi: <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1929-2>
- Johnson, H. L. (1971). *Business in contemporary society: Framework and issues*. Wadsworth Pub. Co. Universidade de Michigan.
- Khan, A., Muttakin, M. B., & Siddiqui, J. (2013). Corporate governance and corporate social responsibility disclosures: Evidence from an emerging economy. *Journal of business ethics*, 114(2), 207-223. Doi: <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1336-0>
- Koerber, C. P. (2009). Corporate responsibility standards: Current implications and future possibilities for peace through commerce. *Journal of Business Ethics*, 89(4), 461-480. Doi: <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0397-1>
- KPMG. (2005). KPMG International survey of corporate responsibility reporting 2008. Amsterdam, The Netherlands: KPMG. Recuperado de http://www.kpmg.com.au/Portals/0/KPMG%20Survey%202005_3.pdf
- Krippendorff, K. (2013). Commentary: A dissenting view on so-called paradoxes of reliability coefficients. *Annals of the International Communication Association*, 36(1), 481-499. Doi: <https://doi.org/10.1080/23808985.2013.11679143>
- Lei n. 10.165, de 27 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10165.htm
- Ligteringen, E., & Zadek, S. (2004). The future of corporate responsibility standards. In *Accounting Forum* (Vol. 4, pp. 6-17).
- Lima, I., & Andrezo, A. (2007). *Mercado financeiro aspectos conceituais e históricos*. 3ª Ed. São Paulo: Atlas.
- Liu, X., & Zhang, C. (2017). Corporate governance, social responsibility information disclosure, and enterprise value in China. *Journal of Cleaner Production*, 142, 1075-1084. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.09.102>
- Lounsbury, M., & Crumley, E. T. (2007). New practice creation: An institutional perspective on innovation. *Organization studies*, 28(7), 993-1012. Doi: <https://doi.org/10.1177/0170840607078111>
- Mathews, M. R. (1995). Social and environmental accounting: A practical demonstration of ethical concern? *Journal of Business Ethics*, 14(8), 663-671.
- Mingoti, S. A. (2005). *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte - Minas Gerais: Editora UFMG.
- Mohamed, A. S., Hay, D., & Staden, C. J. (2018). The influence of culture and corporate governance on corporate social responsibility disclosure: A cross country analysis. *Journal of Cleaner Production*, 198, 820. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.07.057>
- Murcia, F. D. R., & dos Santos, A. (2009). Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 3(2), 72-95. Doi: <https://doi.org/10.17524/repec.v3i2.68>
- NBR ISO 26000, de 8 de dezembro de 2010. Diretrizes sobre Responsabilidade Social. São Paulo: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- Patten, D. M. (2002). The relation between environmental performance and environmental disclosure: a research note. *Accounting, organizations and Society*, 27(8), 763-773. Doi: [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(02\)00028-4](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(02)00028-4)
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2011). Criação de valor compartilhado. *Harvard Business Review*, 89(1/2), 62.
- Resolução ANEEL n. 444, de 26 de outubro de 2001. Institui o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Recuperado de http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/leitura_arqu

Reverte, C. (2009). Determinants of corporate social responsibility disclosure ratings by Spanish listed firms. *Journal of Business Ethics*, 88(2), 351-366. Doi: <https://doi.org/10.1007/s10551-008-9968-9>

Rover, S. (2013). *Disclosure socioambiental e custo de capital próprio de companhias abertas no Brasil* (Dissertação). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/td-e-15042013-133514/en.php>

Rover, S., Murcia, F. D. R., & Souza M. F. C. (2015). The determinants of social and environmental disclosure practices: The Brazilian case. *Environmental Quality Management*, 25(1), 5-24. Doi: <http://dx.doi.org/10.1002/tqem.21406>

Saraiva, L. A. S., & Irigaray, H. A. D. R. (2009). Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? *Revista de Administração de Empresas*, 49(3), 337-348. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902009000300008>

Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of management review*, 20(3), 571-610. Doi: <https://doi.org/10.2307/258788>

Ullmann, A. A. (1985). Data in search of a theory: A critical examination of the relationship among social performance, social disclosure, and economic performance of U.S. Firms. *Academy of Management Review*, 10(3), 540-557. Doi: <http://dx.doi.org/10.5465/AMR.1985.4278989>

Verrecchia, R. E. (1983). Discretionary disclosure. *Journal of accounting and economics*, 5, 179-194. Doi: [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(83\)90011-3](https://doi.org/10.1016/0165-4101(83)90011-3)

Villiers, C., & Van Staden, C. J. (2006). Can less environmental disclosure have a legitimising effect? Evidence from Africa. *Accounting, organizations and society*, 31(8), 763-781. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.03.001>

Wailes, N., & Michelson, G. (2008). The transfer of management ideas to a western "periphery": the case of corporate social responsibility in Australia. *International Studies of Management & Organization*, 38(4), 100. Doi: <http://dx.doi.org/10.2753/IMO0020-8825380405>.